

CONSTRUINDO AGROECOLOGIAS FEMINISTAS E ANTIRRACISTAS

Building feminist and anti-racist agroecologies

Isabel Cristina Lourenço da Silva ¹

No último ano (2020), foram publicados estudos que demonstram a relação existente entre a ocorrência de pandemias e zoonoses em escala global com a poluição ambiental em decorrência do desmatamento, da industrialização, alterações do uso da terra, do desenvolvimento urbano dentre outras causas (COCCIA, 2020; BASHIR et al., 2020; SHAKIL et al., 2020, GIBB et al., 2020). O Agronegócio pode ser considerado o principal causador de impactos ambientais negativos, promovendo desmatamento, queimadas, desalojando comunidades tradicionais e ribeirinhas, desestruturando biomas como o Pampa, a Amazônia e o Cerrado (RAJÃO et al., 2020).

De acordo com o Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida, foram liberados 2009 agrotóxicos no período de 2016 a 2020, dos quais muitos não têm uso permitido em seus países de origem devido aos seus efeitos nocivos comprovados à saúde humana e ambiental (FRIEDRICH et al., 2021). Este mesmo Agronegócio brasileiro bate recordes bilionários em exportações de commodities, acumulando riqueza através de um sistema produtivo baseado na violência, como nos mostra o *Relatório de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra*. Somente em 2020, houve 1.576 conflitos por terra, estas violências são 'invasões', 'grilagem' e 'desmatamento ilegal' (CPT, 2021).

Ainda de acordo com a CPT (2021), foram registrados 18 assassinatos, 159 ameaças de morte e 35 tentativas de assassinato de lideranças assentadas, quilombolas, ribeirinhos e indígenas, demonstrando a real face do Agronegócio brasileiro, a da morte e degradação.

Em contraparte de recordes de produção agrícola vivenciamos a fome, que tem raça/cor e gênero. De um total de 211,7 milhões de brasileiros e brasileiras, 116,8 milhões sofreram/sofrem de insegurança alimentar, dos quais 19 milhões estão passando fome (REDE PENSSAN, 2021). Outro estudo realizado nos mostra que os domicílios chefiados por mulheres sofrem o dobro de insegurança alimentar grave – fome (25,5%) do que domicílios chefiados por homens (13,3%). Em relação a raça/cor, em domicílios cuja nenhuma pessoa é de raça/cor branca, a fome é superior (18,8%) a domicílios em que ao menos uma pessoa é de raça/cor branca (7,8%) (GALINDO et al., 2021).

Vivemos uma crise global sem precedentes, cujos dados científicos evidenciam iminências de colapsos. Crise ambiental, crise política, crise sanitária, secas históricas, inundações e incêndios, que destroem ecossistemas, vidas e histórias, compondo um quadro de sindemia.

¹ Engenheira Agrônoma, Doutora em Agronomia – Vice-presidenta regional sul da Associação Brasileira de Agroecologia. Email: isabel.agroecologia@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6626-1818>

Nesse sentido, compreendemos a Agroecologia, não apenas como ciência, prática e movimento social, mas também como diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal (NORDER, et al, 2016), que promove não somente outros sistemas agroalimentares, mas também uma outra sociedade, pautada na democracia, solidariedade, diversidade, pluralidade e inclusão.

Entendemos a Agroecologia como diversa e complexa, considerando todos os aportes teóricos e sua amplitude, afirmamos que são AgroecologiaS - no plural, porque são muitas, territorializadas, compreendidas, apreendidas e vivenciadas em seus mais distintos contextos socioculturais e paisagísticos. Portanto, na contribuição com a construção dos saberes, propomos que estas agroecologias devam ser pensadas, gestadas desde suas particularidades e territórios, mas que devem incorporar alguns sentidos comuns e princípios estruturantes imprescindíveis.

Desde os conceitos abordados sobre a Agroecologia na perspectiva das Agroecologias, existem posicionamentos e princípios que devem ser considerados e inseridos como basais em toda e qualquer ação que se intitule agroecológica, compreendendo que estes princípios não ocorrem de forma linear, se imbricam, se tecem, construindo a complexidade das sociedades e desta forma, das Agroecologias. A ideia desta abordagem se fundamenta desde a perspectiva política das agroecologias, considerando temas estruturantes da sociedade e dos direitos humanos. Estes princípios se complementam e estruturam entendendo as Agroecologias na sua complexidade e em permanente construção.

Essa posição mais geral, no plano político de enfrentamento, a partir de uma ciência Agroecológica, não pode deixar de dialogar com especificidades na transformação da sociedade sobre violências a grupos específicos.

A denúncia e luta contra a violência sofrida pelas mulheres, por exemplo, deve ser um compromisso na construção do conhecimento, pois o patriarcado afeta as esferas da vida cotidiana, inclusive a forma como fazemos ciência. Esta violência ocorre de formas diferentes às mulheres, uma violência que se organiza em raça e classe, sendo por esta razão fundamental a inserção das perspectivas teóricas e práticas dos Feminismos, pois existem diferentes formas de ser mulher no mundo, e que partem também de realidades específicas,

Outra especificidade da qual nos cabe chamar a atenção é sobre o racismo. No Brasil somos afetados pelo racismo estrutural. Parcela significativa da nossa sociedade – pretas, pretos e indígenas em suas identidades - vivem histórica e culturalmente aquém do acesso a oportunidades, condições e políticas públicas, fomentada e ampliada pela violência moral e psicológica construída ao longo do estabelecimento da sociedade brasileira atual. As Agroecologias devem ser antirracistas.

No Brasil, 51,8% da população são mulheres e, 56,2% são autodeclaradas negras e pardas (PNAD-IBGE, 2019). Portanto, a necessidade de protagonismo deve ser refletida.

Como já abordado por Vivian Mota (2020), o campo agroecológico já firmou o compromisso por uma Agroecologia diversa que rompa com o machismo e com o racismo, mas precisamos que este compromisso se materialize em todos os espaços de construção e promoção das Agroecologias e da sociedade em geral.

“Quem inventou a fome, são os que comem”. Carolina Maria de Jesus

Referências

- COCCIA, M. Factors determining the diffusion of COVID-19 and suggested strategy to prevent future accelerated viral infectivity similar to COVID. **Science of the Total Environment**, v. 729, p. 138474, 2020.
- CPT. **Conflitos no campo: BRASIL 2020**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - Goiania, CPT Nacional, 2021.
- BASHIR, M; et al. Correlation between climate indicators and COVID-19 pandemic in New York, USA. **Science of The Total Environment**, v. 728, p. 138835, 2020.
- GIBB,R; et al. Zoonotic host diversity increases in human-dominated ecosystems. **Nature**, v.584, p.398–402, 2020.
- FRIEDRICH,K.; et al. **Dossiê contra o Pacote do Veneno e em defesa da Vida**, Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

-
- GALINDO, E.; et al. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy, 2021.
- MOTTA, V. D. Pesquisa-ação e visibilização do sujeito: mulher e raça. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 15, n. 2, p.47-48, 2020.
- NORDER, L.; et al. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 01-20, 2016.
- RAJÃO, R; et al. The rotten apples of Brazil's agribusiness. **Science**, v. 17, p.246-248, 2020.
- REDE PENSSAN. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>.
- SHAKIL, M. H.; et al. COVID-19 and the environment: A critical review and research agenda. **Sci Total Environ**. v.745, p. 141022, 2020.